



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

INTERSETORIALIDADE: POLÍTICAS EDUCACIONAIS E A INTERLOCUÇÃO COM A PSICOLOGIA EXPRESSA EM DISSERTAÇÕES

Soraya Cunha Couto Vital (1); Joelci Mora Silva (2); Sônia da Cunha Urt (3)

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, sorayavital@hotmail.com; Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, joelci.mora@gmail.com - Bolsista Capes; Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, surt@terra.com.br.

Resumo: Este artigo provém dos estudos para realização da pesquisa "Políticas Educacionais e Formação: Produção, Projetos e Ações de Educação e Psicologia¹" e tem como principal objetivo propor reflexões acerca da interlocução entre as políticas e ações educacionais e a área de Psicologia, a partir das análises das dissertações que consideraram as políticas intersetoriais. Para tanto, parte da investigação das dissertações defendidas entre os anos de 2003 e 2015 nos cursos de mestrado em Psicologia no estado de Mato Grosso do Sul. O referencial teórico da Teoria Histórico-cultural direciona a proposição da pesquisa e embasa as análises e discussões, justaposto às contribuições dos estudiosos das políticas educacionais. Como resultado, destaca-se a importância da aproximação de diversos setores para garantir os direitos de acesso à educação pública de qualidade no Brasil, possibilitando a permanência e a conclusão dos níveis de ensino que a compõem. Consideramos que a interface entre Psicologia e Educação deve buscar defender os direitos do indivíduo no atendimento de suas necessidades educacionais e promover seu desenvolvimento.

Palavras-chave: Políticas educacionais; Intersetorialidade; Psicologia educacional.

INTRODUÇÃO

As transformações políticas pelas quais sempre passou, e passa, a sociedade brasileira, constituem-se em momento propício para as discussões que orientaram a construção de propostas de atuação nas áreas da Psicologia e da Educação e contribuem para o avanço de análises nestes campos.

Segundo Souza (2011), ao analisarmos tais políticas,

[...] partimos do pressuposto teórico de que o discurso oficial expressa uma concepção [...] de sociedade. Ou seja, nos bastidores de uma política pública gesta-se uma direção a ser dada àqueles que a ela se submetem. Embora muitas vezes tais concepções não sejam explicitadas [...], o projeto de sociedade, de homem e de mundo presente nas políticas [...] imprime uma série de valores e de diretrizes que passam a constituir as relações interpessoais e institucionais. (SOUZA, 2011, p. 234).

É preciso, então, ao tecer tal análise, considerar que, por vezes, mantém-se uma lacuna entre a política e a realidade cotidiana, por isso também deve-se ponderar sobre a capacidade de discernimento, reflexão e criticidade sobre as mesmas, a fim de que a análise possa redundar em meios efetivos de contribuir para o exercício de tal capacidade.

¹ Financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq (Chamada CNPq/MCTI Nº 25/2015 Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas), coordenada pela Profa. Dra. Sônia da Cunha Urt.
(83) 3322.3222



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

O presente artigo, então, tem como principal objetivo propor reflexões acerca da interlocução entre as políticas e ações educacionais e a área de psicologia, a partir das análises das dissertações que consideraram as políticas intersetoriais. Analisar estas políticas contribuirá para a compreensão das razões das dificuldades enfrentadas pelas instituições escolares para garantir as aprendizagens fundamentais aos alunos, assim como apresentar subsídios para a proposição de políticas educacionais, com base nos conhecimentos produzidos pela Psicologia, e mais especificamente pela Psicologia Escolar e/ou Educacional.

Como referencial teórico, considera que a teoria histórico-cultural, segundo Vygotsky, concebe o ser humano em sua totalidade, configurado em sua relação social, e, por isso, propõe analisar as produções a partir de uma visão dialética do real.

A pesquisa sobre temáticas que se articulam, mas que nem sempre se mantêm vinculadas, inova na tentativa de superação da fragmentação de ações e procedimentos em pesquisas e práticas educacionais e sociais. Organizar dados e analisar programas e ações de alta relevância para a Educação podem oferecer contribuições para conhecimento e estruturação de políticas e práticas sociais, educacionais e culturais para essas duas áreas – Educação e Psicologia – e para o desenvolvimento de ações mais inovadoras.

De acordo com Souza (2011), a temática das políticas públicas em educação passou a fazer parte das preocupações do campo da Psicologia Escolar/Educacional há pouco mais de 20 anos, tendo início apenas no momento em que a Psicologia Escolar passou a ser questionada em relação aos seus princípios epistemológicos e suas finalidades.

Tal movimento teve início com a tese de doutorado de Maria Helena Souza Patto, defendida em 1981 e publicada em 1984 no livro “Psicologia e Ideologia: uma introdução crítica à Psicologia Escolar”. Além de desnudar as filiações teóricas e as práticas psicológicas em relação às explicações e ao tratamento dado às dificuldades escolares, a autora discutia a serviço de quem tais práticas estariam sendo desenvolvidas e concluía que a atuação dos serviços de Psicologia pouco contribuía para melhorar a qualidade da escola, principalmente das crianças de classes populares.

A parceria entre a Psicologia e a Educação brasileiras provém dos tempos em que as Escolas Normais buscavam pelo conhecimento da Psicologia para a compreensão dos processos de ensino e aprendizagem. Historicamente, esta parceria serviu, por muitas décadas, para referendar as incapacidades dos estudantes, pouco questionando a respeito dos princípios norteadores das políticas educacionais implementadas nas escolas de forma hierárquica, que contribuem para a produção do fracasso escolar (PATTO, 2005; SOUZA, 2006).



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

O trabalho de crítica construído no interior da própria Psicologia, bem como o movimento de democratização da sociedade brasileira, imprimiu transformações importantes na forma como tem estudado e enfrentado os problemas educacionais na sociedade brasileira. Deste modo, no campo da Psicologia Escolar e Educacional desloca-se o foco das pesquisas que antes analisavam o fracasso escolar, culpabilizando o aluno em termos de dislexia, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH), deficiência intelectual, imaturidade emocional, prontidão, ou responsabilizando sua família pela baixa condição socioeconômica, pais separados, família desestruturada, para a compreensão da instituição escolar como espaço constituído por contradições, conflitos, organizações, onde as políticas educacionais se materializam (BRASIL, 2013; SOUZA; ROCHA, 2011).

Portanto, esse foco de investigação se propõe a realizar uma análise crítica dos estudos sobre as políticas públicas no campo educacional, a partir dos referenciais da Psicologia visando propor alternativas no âmbito da Educação Básica. Ao mesmo tempo, ao analisar contribuições que a Psicologia na interface com a Educação vem apresentando às políticas educacionais, sistematizar estas contribuições tornando-as visíveis aos profissionais da área e a todos os que militam em educação.

METODOLOGIA

Para identificação e análise das referidas produções de pesquisadores dos/nos programas de pós-graduação de Educação e de Psicologia em Mato Grosso do Sul, que tomaram como objeto de estudo as políticas educacionais na interface com a Psicologia, foi realizada pesquisa de abordagem qualitativa, por realizar uma aproximação fundamental entre sujeito e objeto, uma vez que ambos são da mesma natureza, as ações, as estruturas e as relações tornam-se significativas. Também por reconhecer em seus participantes sujeitos elaboradores de conhecimentos e produtores de práticas. É caracterizada, ainda, como bibliográfica, do tipo estado do conhecimento, de cunho documental.

Segundo Soares e Maciel (2000) a caracterização e a análise das condições de produção sobre determinado tema são demandas que se impõem no desenvolvimento histórico da ciência.

Assim, da mesma forma que a ciência se vai construindo ao longo do tempo, privilegiando ora um aspecto ora outro, ora uma metodologia ora outra, ora um referencial teórico ora outro, também a análise, em pesquisas de estado do conhecimento produzidas ao longo do tempo, deve ir sendo paralelamente construída, identificando e explicitando os caminhos da ciência, para que se revele o



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

processo de construção do conhecimento sobre determinado tema, para que se possa tentar a integração de resultados e, também, identificar duplicações, contradições e, sobretudo, lacunas, isto é, aspectos não estudados ou ainda precariamente estudados, metodologias de pesquisa pouco exploradas. (SOARES; MACIEL, 2000, p. 6).

As pesquisas em que se buscam realizar levantamentos sobre determinado campo do conhecimento humano, ganharam relevância nos últimos anos em função da abrangência dos estudos realizados tornando-se necessárias não só para reorientar os investimentos na área em estudo, mas principalmente para identificar as contribuições da pesquisa para o enfrentamento de desafios postos pelas condições educacionais do país (ROMANOWSKI; ENS, 2006).

Nesse sentido, os estudos que se propõem a mapear o estado do conhecimento em determinado campo, podem contribuir de maneira significativa para a “constituição do campo teórico de uma área de conhecimento” (ROMANOWSKI; ENS, 2006), uma vez que buscam identificar as contribuições para a elaboração teórica, as restrições sobre o campo em que se desenvolve a pesquisa, as lacunas em sua divulgação, as inovações que estão emergindo e, principalmente, as contribuições da pesquisa na proposição de alternativas para os problemas da prática.

Percurso Metodológico

Até o momento, foram pesquisadas as dissertações dos cursos de mestrado em Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) e da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), ambos funcionando na cidade de Campo Grande-MS, defendidas entre os anos de 2003 e 2016. Esses são os únicos cursos de Pós-graduação em Psicologia em funcionamento no Estado.

As buscas foram realizadas nos *sites* desses cursos, entre os meses de maio e julho de 2016, e foram inventariadas duzentas e vinte e nove dissertações. Dessas, foram selecionadas para análise vinte e cinco, que tomaram como objeto de estudo as políticas educacionais, perfazendo 10,92% do total levantado.

Para facilitar as análises, as dissertações selecionadas foram agrupadas em seis eixos de análise, a saber:

a) Políticas intersetoriais. Integraram esse eixo trabalhos que investigaram e/ou discutiram as políticas que estabelecem interfaces entre a saúde, a educação e a assistência social, tais como trabalhos que tratem da saúde dos profissionais da educação, escolarização da infância em abrigos, adolescentes em conflito com a lei (socioeducação), educação em contextos domiciliar, hospitalar e prisional.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

b) Políticas de melhoria da educação. Foram incluídos nesse eixo trabalhos que investigaram e/ou discutiram políticas (programas e projetos) que objetivam a melhoria da qualidade da educação, tanto em relação ao acesso e permanência quanto ao enfrentamento de problemas no processo de escolarização. Também trabalhos que discutem a organização e estruturação do sistema de ensino, incluindo o tempo previsto para educação obrigatória, infraestrutura.

c) Políticas de atendimento à diversidade. Eixo composto por trabalhos que investigaram e/ou discutiram as políticas de direitos humanos, educação do campo, na floresta, dos povos quilombolas, etnias indígenas, populações afrodescendentes e LGBT, e Educação de Jovens e Adultos e cotas nas universidades.

d) Políticas para educação inclusiva. Constituíram esse eixo trabalhos que investigaram e/ou discutiram a política de inclusão escolar, geral ou de um segmento específico (por exemplo surdos, altas habilidades e superdotação, deficiência intelectual, dentre outros) bem como atendimentos educacionais em geral.

e) Políticas de formação e atuação do psicólogo escolar. Participaram desse eixo trabalhos que investigaram e/ou discutiram políticas de formação, inserção e atuação de psicólogos escolares nos diversos níveis de educação.

f) Políticas de formação de professores. Eixo formado por trabalhos que investigaram e/ou discutiram a formação inicial e continuada de professores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apresenta-se abaixo (Quadro1) os percentuais de incidência das dissertações analisadas separados por eixos. Essa informação, embora não tenha a finalidade de definir a importância dos temas abordados por cada um dos eixos, já que todos possuem notória relevância, revela um desenho que ajudará a estabelecer diretrizes para as análises e discussões que seguirão.

Quadro 1 -Percentuais de incidência das dissertações por eixo de análise

Eixos de Análise	Quantidade	Percentual
Políticas intersetoriais	11	44%
Políticas de melhoria da educação	7	28%
Políticas de atendimento à diversidade	3	12%
Políticas para educação inclusiva	2	8%
Políticas de Formação e atuação do psicólogo escolar	1	4%
Políticas de formação de professores	1	4%

Organizado pelas autoras, 2016.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Apresentamos a seguir os primeiros resultados do subprojeto "Análise das produções e projetos dos pesquisadores e das pesquisadoras dos programas e nos programas de pós-graduação de Educação e de Psicologia em Mato Grosso do Sul, que tomaram como objeto de estudo as políticas educacionais na interface das áreas da Educação e da Psicologia", discutindo o eixo de análise com maior incidência.

Políticas Intersetoriais: breve discussão

Diante da incidência de pesquisas que discutem a questão da intersectorialidade nas políticas públicas, adveio a necessidade de refletir sobre a indispensabilidade de apoio dos diversos setores para garantir os direitos de acesso à educação pública de qualidade no Brasil, possibilitando a permanência e a conclusão dos níveis de ensino que a compõem.

A luta para garantir esse direito gerou a premência para a mobilização e articulação de diversas áreas e setores, redundando na necessidade de aproximações, interlocuções de seus saberes e a expansão de suas atuações, que passaram a compor as decisões do Poder Público, já que

No processo histórico-político em que se desenvolveu a democratização do ensino no Brasil, essa dimensão de luta permaneceu fortemente presente, culminando na conquista constitucional do direito subjetivo à educação pública gratuita de qualidade, com igualdade de condições para acesso e permanência na escola pública gerida por princípios democráticos. Esse fato assevera a exigência de aprimoramento dos arranjos institucionais para a garantia do direito promulgado. (OLIVEIRA, 2012, p.6).

Pudemos perceber na análise da dissertação "Investigação da prevalência de ansiedade-traço-estado em professores do ensino fundamental e médio da rede estadual de Campo Grande/MS", de Ângela Benitez Martinez, as possibilidades de um trabalho em parceria, que pode ser desenvolvido com a presença de ações de psicólogos educacionais:

Enfim, sugestões podem ser feitas, no sentido de ajuda e orientação aos profissionais da área educacional, após se ter em mãos a análise dos dados como resultado desta pesquisa. Poderia ser uma orientação e promoção de saúde mental aos professores de Ensino Fundamental e Médio da rede estadual de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. E não apenas a eles, que foram objetos maiores de nosso estudo, como também a todos os que participam da área educativa. (MARTINEZ, 1999, p.165).

Tais conclusões coadunam com o que escreveram Souza e Rocha (2008) acerca da importância do conhecimento das políticas, considerando os aspectos de sua confecção até sua consolidação, pelos psicólogos que atuam nas escolas:



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Portanto, conhecer como as políticas são implantadas, as questões postas pelos educadores com relação às concepções e perspectivas e as condições de trabalho para sua implementação são fundamentais para que o psicólogo atue no campo da educação. (SOUZA; ROCHA, 2008, p.29).

O trabalho do psicólogo junto à educação escolar exige dele uma imersão nesse universo, sendo considerado fundamental o seu conhecimento e o entendimento das especificidades oriundas de remédios legais corporificados nas políticas públicas voltadas à educação.

Nesse sentido, o Conselho Federal de Psicologia, assim como seus Conselhos Regionais, já sinalizaram para a necessidade da realização desse trabalho conjunto, superando equívocos e preconceitos, em prol do sistema educacional brasileiro e do aperfeiçoamento profissional dessa categoria, entendendo que

[...] é hora de construirmos e divulgarmos referências técnicas e políticas para a nossa atuação no campo escolar/educacional. Nosso aperfeiçoamento profissional depende de compreendermos a complexidade do sistema educacional brasileiro para atuarmos em prol da inclusão social de todos. (DELOU, 2008, p. 26).

Tal pensamento corrobora os estudos contidos na dissertação "Não iguala e ainda diferencia: as implicações do Programa de Apoio ao estudante da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul na consciência dos acadêmicos", de autoria de Ana Lúcia Martins de Souza, que investigou estudantes que participaram do Programa de Apoio ao Estudante da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, pesquisando a influência de tal programa no desenvolvimento humano dos acadêmicos:

A pesquisa evidencia que o grupo compartilha dos significados sociais presentes em nossa sociedade, ainda que reproduzam valores ideológicos não compatíveis com sua origem de classe. Entretanto, ao reproduzirem conteúdos da ideologia dominante, principalmente relacionados à condição socioeconômica do grupo, não se dão conta de que essa condição não está determinada individualmente, sendo resultado das relações que se dão nesta sociedade capitalista. (SOUZA, 2014, p.7).

Colaborou, dessa forma, para que fosse percebida a maneira como esses alunos significam suas situações e de que forma entendem suas relações. Para as questões de aprendizagem, essas concepções acerca de si e a acerca do meio social em que os indivíduos estão inseridos, exercem influência determinante em sua evolução cognitiva, incidindo no desenvolvimento das funções psicológicas superiores², eixo central dos postulados da Teoria Histórico-Cultural, que acontece a partir da articulação do que é interior e do que é exterior ao indivíduo. Dessa maneira, Vigotski (2000) explica que “falar sobre processo externo, significa

² “[...] memória lógica, atenção voluntária, imaginação criadora, pensamento em conceitos, sensações superiores e vontade previsora” (VYGOTSKY, 2000, p. 18).
(83) 3322.3222



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

falar social. Qualquer função psicológica superior foi externa – significa que ela foi social; antes de se tornar função, ela foi uma relação social entre duas pessoas” (VIGOTSKI, 2000, p. 24).

Nesse sentido, faz-se importante lembrar que a pedra fundamental da abordagem vigotskiana para estudo e interpretação das funções psicológicas superiores do ser humano, é a visão dialética de mundo, que embora admita a influência da natureza sobre o homem, declara que este, por sua vez, afeta a natureza e cria, por meio de suas mudanças nesta mesma natureza, novas condições para sua existência.

No âmbito educacional apresentado na dissertação de Souza (2014), cabe considerar, então, uma dialética histórica, compreendida a partir de determinantes históricos que incidem sobre a educação, não se limitando a estratégias revolucionárias imprecisas ou isoladas, mas que pressuponham que o ponto inicial para a compreensão da educação é a prática social, ao mesmo tempo que se torna ponto de chegada, tendo em vista a perspectiva de transformação social, de superação do senso comum. Ao mesmo tempo em que deve propor aos sujeitos nela envolvidos um conhecimento da realidade concreta, deve torná-los capazes de objetivar a transformação dessa realidade, atuando revolucionariamente.

A respeito de tal práxis educativa, Saviani (2008) afirma que “essa é a única maneira de convertê-la em instrumento que possibilite aos membros das camadas populares a passagem da condição de “classe em si” para a condição de “classe para si” (SAVIANI, 2008, p. 7).

O mesmo autor indica o *locus* onde os movimentos de superação da ordem capitalista devem acontecer, afirmando que

A escola é, pois, compreendida com base no desenvolvimento histórico da sociedade; assim compreendida, torna-se possível a sua articulação com a superação da sociedade vigente em direção a uma sociedade sem classes [...]. É dessa forma que se articula a concepção política [...] com a pedagogia [...], que envolve a compreensão da realidade humana como sendo construída pelos próprios homens a partir do processo de trabalho, ou seja, da produção das condições materiais ao longo do tempo. (SAVIANI, 2008, p. 103).

Destaca-se, a partir desta afirmação, que a Psicologia e a Educação devem considerar a escola como instituição indissociável da sociedade, sendo uma extensão desta, com tendência a reproduzir, em maior ou menor grau, o corpo social como um todo. Gomes e Sanzovo (2013) confirmam que



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

A escola é um reflexo do meio social que a compõe. Embora ela conte com sua autonomia existencial, não há como deixar de reconhecer que ela não é uma ilha isolada do mundo; ela reproduz as características, modos, hábitos e regras culturais de suas respectivas comunidades. Sendo parte do todo, do contexto social, ela absorve o funcionamento da sociedade e o incorpora em seu universo escolar. (GOMES e SANZOVO, 2013, p. 56).

Patto (1997, 2004), ao expor ideia a respeito dessa relação, apontou que esta não pode se ocupar mais com teorias e práticas reprodutivas do *status quo*, sem considerar o papel social da escola na formação do cidadão. A autora descreveu no livro “A Produção do Fracasso Escolar” como a Psicologia e a Educação estão a serviço de uma ideologia que serve para excluir e estigmatizar os indivíduos e suas famílias, dividindo e classificando alunos entre os que aprendem e os que não aprendem, por exemplo. Essa divisão encontrava-se predominantemente baseada na divisão de classes.

Finalmente, faz-se necessário considerar que na visão da Teoria Histórico-Cultural a escola constitui-se um espaço privilegiado para que o ser humano se aproprie das conquistas das gerações precedentes, na medida em que nela se conta com o amparo e o auxílio de membros mais experientes da cultura, na difícil empreitada de construir uma visão própria e crítica do real.

CONCLUSÕES POSSÍVEIS

Existe um conjunto de políticas públicas que assumem o compromisso de garantir o desenvolvimento educacional de crianças e adolescentes. Contudo, apesar desse conjunto, as avaliações nacionais têm apontado para o não alcance dos patamares desejáveis das escolas públicas brasileiras. O que indica a complexidade de efetivação dos direitos, dos acessos e da consolidação de uma educação de qualidade no País.

O presente artigo, com objetivo de identificar e analisar produções e projetos de pesquisadores dos/nos programas de pós-graduação de Educação e de Psicologia em Mato Grosso do Sul, que tomaram como objeto de estudo as políticas educacionais na interface com a Psicologia, o fez de forma frugal, mas sem perder de vista a importância desta inter-relação e dos caminhos científicos que podem subsidiar as análises crítico-reflexivas das temáticas a ela pertinentes.

Com destaque à articulação de diferentes setores e/ou políticas que dão condição à integração entre eixos e trabalhos que investigaram e/ou discutiram as políticas que estabelecem interfaces entre diversas temáticas e necessidades, optou-se por voltar-se às



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

políticas intersetoriais, e estas entendidas como ações articuladas de diversos setores, programas, ministérios, entre outros, que objetivam efetivar a educação de crianças, adolescentes e jovens brasileiros.

A pesquisa a respeito de temáticas que se articulam, mas que nem sempre se mantêm vinculadas, inova na tentativa de superação da fragmentação de ações e procedimentos em pesquisas e práticas educacionais e sociais. Organizar dados e analisar programas e ações de alta relevância para a Educação podem oferecer contribuições para conhecimento e estruturação de políticas e práticas sociais, educacionais e culturais para essas duas áreas – Educação e Psicologia – e para o desenvolvimento de ações mais inovadoras.

Vê-se que a interface entre Psicologia e Educação exige conhecimento das necessidades dos sujeitos, no que se refere aos processos educacionais, não importando o contexto, as condições sociais ou políticas em que estejam inseridas (ricas, pobres, capacitadas, deficientes, abandonadas ou acolhidas por suas famílias).

Esta interface deve buscar defender os direitos do indivíduo no atendimento de suas necessidades educacionais e promover seu desenvolvimento, sem discriminação ou intolerância de qualquer tipo ou grau, tendo o cuidado de não reproduzir formas de dominação. Neste sentido, é preciso que se encontre tanto inserida no contexto no qual esses processos ocorrem quanto conheça aspectos históricos, econômicos, políticos e culturais da população e da comunidade que atende (DIAS et al, 2014).

É certo que as questões abordadas neste estudo requerem aprofundamento, contudo espera-se que as considerações aqui apresentadas instiguem novos questionamentos e novas pesquisas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Federal de Psicologia. **Referências técnicas para atuação de psicólogos (os) na Educação Básica**. Brasília: CFP, 2013.

DELOU, C. M. C. Psicologia, Políticas Públicas Intersetoriais e Educação Inclusiva. In: **Ano da Psicologia na Educação: textos geradores**. Conselho Federal de Psicologia. 2008. Disponível em: <<http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/ano-educacao.pdf>> Acesso em 10 ago. 2016.

DIAS, A.C.G. et al. **Psicologia Escolar e possibilidades na atuação do psicólogo**: algumas reflexões. Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional. São Paulo-SP, v. 18, n. 1, janeiro/abril de 2014: 105-111.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

GOMES, L. F.; SANZOVO, N. M. **Bullying e prevenção da violência nas escolas.** Quebrando mitos, construindo verdades. São Paulo: Saraiva, 2013.

MARTINEZ, A. B. **Investigação da prevalência de ansiedade-traço-estado em professores do ensino fundamental e médio da rede estadual de Campo Grande / MS.** Campo Grande, 1999. 177p. Dissertação (mestrado) Programa de Mestrado em Psicologia. Universidade Católica Dom Bosco (UCDB).

OLIVEIRA, R. C. Intersetorialidade entre as políticas públicas e seus efeitos na escola pública brasileira. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 4., 2012, São Paulo. **Proceedings online...** Associação Brasileira de Educadores Sociais, Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000092012000200024&lng=en&nrm=abn>. Acesso em: 9 Ago. 2016.

PATTO, M. H. S. (Org). **Introdução à Psicologia Escolar.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

_____. **A Produção do Fracasso Escolar.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

_____. **Exercícios de Indignação:** escritos de Educação e Psicologia. 2ª Ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte” e, educação. **Revista Diálogo Educacional**, v. 6, n. 19, p. 37-50, set., 2006.

SANTOS. L. M. **O processo de readaptação: o sentido conferido pelos professores.** Campo Grande. 2015. 136p. Dissertação (mestrado). Curso de Pós-graduação em Psicologia, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

SAVIANI, D. **Escola e Democracia.** 40 ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SOARES, M. B.; MACIEL, F. **Alfabetização.** Brasília: MEC/INEP/Comped, 2000.

SOUZA, A. L. M. **Não iguala e ainda diferencia:** as implicações do Programa de Apoio ao estudante da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul na consciência dos acadêmicos. 2014. 175p. Dissertação (mestrado). Curso de Pós-graduação em Psicologia, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

SOUZA, M. P. R. de. Políticas Públicas e Educação: desafios, dilemas e possibilidades. In. VIÉGAS, L. de S.; ANGELUCCI, C. B. (Orgs.) **Políticas Públicas em Educação:** uma análise crítica a partir da Psicologia Escolar. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 229-243, 2011.

_____. Políticas Públicas e Educação: desafios, dilemas e possibilidades. In: VIÉGAS, L. S.; ANGELUCCI, C. B. (Orgs.). **Políticas Públicas em Educação:** uma análise crítica a partir da Psicologia Escolar. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 229-243, 2006.

SOUZA, M. P. R. S.; ROCHA, M. L. Políticas educacionais: legislação, formação profissional e participação democrática. In: FACCI, M. G. D.; MEIRA, M. E. M.; TULESKI, S. C. **A exclusão dos incluídos:** uma crítica da

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Psicologia da Educação à patologização e medicalização dos processos educativos. Maringá: EDUEM, p. 345-370, 2011.

_____. Políticas Educacionais: legislação, formação profissional e participação democrática. In: **Ano da Psicologia na Educação: textos geradores**. Conselho Federal de Psicologia. 2008. Disponível em: <<http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/ano-educacao.pdf>> Acesso em 8 ago. 2016.

VIGOTSKI, L. S. Manuscritos de 1929. **Educação Socialista**. Campinas, v. 21, n. 71, p. 21-44, Jul. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302000000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 mar. 2016.